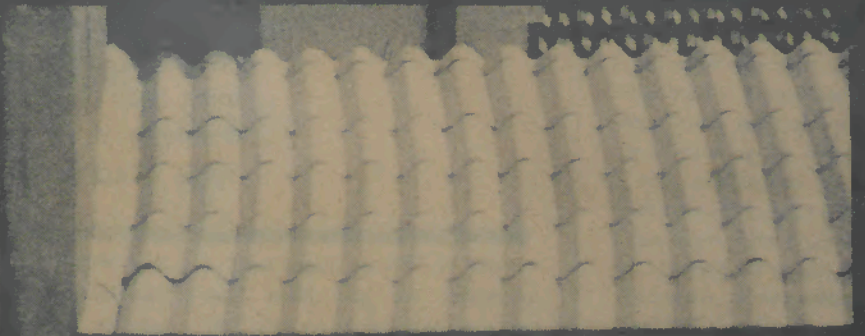


Set 79

TRÊS POR QUATRO

Partidos
Cultura



Crise



Greves
Esporte

Editorial

Este é um jornal da crise. A partir da proposta de sintetizar a (má) situação do Rio Grande do Sul, em seus diversos segmentos sociais, constatamos crises setoriais interpenetradas, todas resultantes da grande crise do sistema.

A crise é econômica, e nos empobrece quotidianamente. A crise é política, e não nos permite optar por novos caminhos, definições e lideranças. A crise é cultural, e nos transforma em sub-produto do regime de competição com o centro do país, concentrador e alienante. A crise chega até à festiva página dos Esportes, fetiche ultrapassado, que já cumpriu sua função de desviar a atenção da massa. Esta sublimação só é viável se vivemos em ritmo de "milagre econômico", e o sonho acabou.

Vivemos hoje, todo o povo brasileiro, com o gosto cada vez mais amargo da realidade na boca. Para a maior parte da população, é o gosto da fome, da ignorância, da condição sub-humana de vida. Para nós, que chegamos até a universidade a partir de situações sociais privilegiadas, costuma ser o sabor repulsivo da repressão, da impossibilidade de participar de forma criadora na solução das grandes questões sociais.

Se cumprimos bem nossa proposta inicial, estaremos denunciando, neste jornal-escola, os dados mais críticos de nossa sociedade.

Não pretendemos, porém, inserir novas propostas nestas folhas. Temos a consciência de nossa limitação, universitários já criados à sombra dos decretos do terror, dos expurgos inexplicáveis, do ensino técnico e desligado da realidade. Temos consciência da limitação imposta ao povo brasileiro, desde 1964.

E o que exigimos, o que temos condições de sugerir e cobrar, é justamente o reverso desta medalha de bom comportamento, que carregamos no peito envergonhados por tantos anos.

Queremos o direito de criticar, discutir, propor e construir nossas soluções. Não exclusivamente para nós, estudantes perfumados nas aulas matutinas, mas para todos os que partilham conosco este Rio Grande e este Brasil.

A livre participação em todos os níveis, a livre organização com quaisquer propósitos, e o fim de todo o tipo de repressão, nos parecem a única saída para tanta crise. E, assim, são o único assunto que merecem um editorial.

Solução para a crise?

O Brasil passa hoje por um momento clássico de mudanças políticas. Pressionado pela mobilização popular, o governo vai sendo empurrado e se obriga a conceder, abrindo mão de instrumentos e formas de dominação. As greves, as mobilizações pela anistia, a crise econômica. Aos pucos vai se alterando o quadro do regime brasileiro e na visão do repórter político Paulo de Tarso Ricordi, a criação de novos partidos é um exemplo disso.

A partir de 1974 se chegou àquelas momentos em que havia uma unidade oposicionista no país. Pela falta de talento do governo e por usar e abusar do instrumental de repressão, que atingia bastante a classe média — a violência das cassações de mandatos irrita e choca a pequena burguesia, que gosta muito do jogo da política bem comportada. O governo, ao lado de absurdos no campo político tinha conseguido ter contra si praticamente toda a população, principalmente os trabalhadores, evidentemente, em razão de uma política econômica criminosa.

No campo externo, baseada no benefício das multinacionais com todos os favores para se implantarem no país e dominarem a nossa economia. No campo interno, caracterizada por uma política de violenta concentração de renda, achatamento, atrocho salarial e carestia. Os trabalhadores, por esta razão, continuam historicamente contra o governo. A burguesia nacional também foi colocada contra o governo, em função desta política de favorecimento às multinacionais. E os setores liberais, os setores de classe média, de maneira geral, também começaram a ser atingidos por esta política econômica de um lado e, pela questão formal, política — cassações de mandato, o absurdo do pacote de 1977, senadores biônicos, manutenção das eleições indiretas para os governos estaduais, — por outro.

"Em 77, o movimento de insatisfação popular começa a tomar as ruas, inicialmente a partir das mobilizações estudantis: pela anistia ampla, geral e irrestrita, com a bandeira da Assembléia Nacional Constituinte. Mais ou menos em torno deste período, um pouco antes talvez, a classe trabalhadora começa a retirar os seus sindicatos das mãos das direções pelegas. É de 77 também os movimentos pela reposição salarial, dos índices que foram roubados por Delfim Netto, em 1973. Então, há toda uma rearticulação

da sociedade que vai, cada vez mais, pressionando o regime, que é obrigado de concessão em concessão, chegar até 31.12.78, a substituir o AI 5, pelas salvaguardas do estado. De lá para cá, cada vez mais os trabalhadores sentem-se fortalecidos neste enfrentamento contra o regime. Ignoram a lei de greve, e vão para a rua, parar a produção e conseguir concretamente aumentos salariais.

"Na tentativa de controle do movimento operário, é que entra a cartada dos novos partidos."

"Em cima disso, o governo é obrigado, por exemplo, a derrubar Mário Henrique Simonsen. Substituir um grupo econômico pelo outro, substituir Simonsen por Delfim Netto, especialmente pelas táticas.

Simonsen estava decidido a manter uma política recessiva, de diminuição dos ritmos de crescimento, o que daria uma forte pressão popular, geraria também o desemprego e manteria esta compressão salarial.

"Isto, no momento em que vários integrantes do ministério de Figueiredo estão propondo, para tentar controlar este movimento dos trabalhadores, revisões salariais a cada seis meses, como Delfim Netto, a cada três meses, como Murilo Macedo ou revisões salariais mensais, sempre que o custo de vida superar a um índice que ainda não foi fixado, como propõe Carlos Richbieter, ministro da Fazenda.

"Este é o resultado concreto da pressão popular. São estas respostas que o governo tenta dar na tentativa desesperada de manter-se no poder. Nesta tentativa de controle do movimento operário, é que entra a cartada dos novos partidos. O governo entra com um projeto de anistia, que ao seu interesse significa muito ter de volta no país lideranças políticas como Leonel Brizola, Julião, Arraes, Luis Carlos Prestes, que colocados frente a seus partidos, trouxessem mais uma vez pra dentro dos padrões parlamenta-

ristas, democráticos-burgueses, toda a luta de classes que hoje está nas ruas do país.

"Não é à toa que todos os partidos da burguesia, já encontram-se praticamente prontos. O governo já tem pronto o seu Arenão, ou o Partido do João, ou o nome que eles acabarem adotando. Seria uma simples maquiagem desta Arena que está aí, trazendo mais um ou outro liberal e ganhando adesão dos chaguistas do Rio.

"O PTB neste momento pretende se rearticular no país, dizendo que tem o socialismo no horizonte."

"De outro lado, também está em fase bem adiantada de organização, um partido que reuniria os setores centristas, liberais tanto da Arena como do MDB, que não se sujeitam aos padrões arenistas de comportamento parlamentar. Um partido que tanto poderia apoiar, quanto fazer oposição ao governo, mas em cima de questões muito específicas, não estrategicamente, simplesmente uma oposição tática. Seria, na verdade, uma linha auxiliar do governo.

"Temos ainda o Partido Trabalhista Brasileiro do Senhor Leonel Brizola, que historicamente já mostrou o que é: em 64 cumpriu um papel altamente contraditório; de um lado o Partido Trabalhista tinha um que outro representante que levava uma política popular correta, em direção à reformulação da sociedade por sua base, transformação desta sociedade por uma sociedade socialista; por outro lado, era impregnado e dirigido por integrantes da burguesia, da burguesia nacional. O partido fazia uma profissão de fé, aberta e clara contra o comunismo. O PTB neste momento pretende se rearticular no país, dizendo que tem o socialismo no horizonte. Mas ao mesmo tempo, conforme o projeto de Leonel Brizola, seria um partido pluriclassista, que evidentemente significa um partido pluri ou multiideológico. É um par-

tido absolutamente informe neste campo.

"O PT é a consequência lógica e imediata do crescimento da luta dos trabalhadores e da sua organização."

Mais próximo da classe trabalhadora há pelo menos duas correntes principais de articulação. A primeira delas é a iniciativa de setores "socialistas", de Almino Afonso, de Fernando Henrique Cardoso e dos que no passado se chamaram os autênticos no MDB. São também os setores que vão dos liberais à esquerda, que sonham em criar um novo MDB, livre dos adesistas e chaguistas. Sonham também em receber adesão das direções sindicais. Na verdade é um partido que já nasce dentro do parlamento, do conchavo de parlamentares, com personalidades da vida política brasileira e que tenta chegar à classe trabalhadora através das direções sindicais. Um partido também de cima pra baixo.

"E mais pra cá, temos aí a articulação do Partido dos Trabalhadores, que é o resultado desse próprio movimento que os trabalhadores estão fazendo, isto é, a consciência de que "a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores". Também como necessidade de articulação dos trabalhadores a nível nacional, o que resulta nestes embriões de intersindicais, que existem em vários estados do país, e também na política de construção da Central Única dos Trabalhadores. Neste sentido, o PT é a consequência lógica e imediata do crescimento da luta dos trabalhadores e do aumento da sua organização. Os trabalhadores se dirigem, enfim, para uma tentativa inédita dentro do país, de organização política absolutamente própria, dirigida pelos trabalhadores, integrada pelos trabalhadores, sem um comando burguês. O que só pode ter um resultado: este partido apontará necessariamente a um Brasil socialista.

EXPEDIENTE

Três por Quatro

Ano 8 - Setembro
de 1979 - nº 2

Órgão jornalístico criado de conformidade com o disposto no parecer nº 631/69, elaborado pela Comissão Central de Revisão de Currículos do Conselho Federal de Educação e aprovado em reunião do mesmo Conselho, de 2 de setembro de 1969. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Responsabilidade editorial: Departamento de Comunicação da UFGGS. Alunos que trabalham neste número: So-

nia Klar Renner, Herta Elbern, Jorge Barreto Vianna Meditsch, Luiz Fernando M. Valls, Cláudia Lindener Rodrigues, Décio Walter, Carmem Sílvia Cavalli Mendes, Elisabete Primo Portugal, Ivan Farias da Rosa, Jorge Marcio Gomes, Maria de Lourdes O. de Souza, Marli Cristina Scomazzon, Neusa Maria Ribeiro, Cintia Maria Nahra Leal, Clara Maria Pugnaloní, Darceli Zambon, Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Francisco Daniel Lourenço da Silva, Maria

Clara Jorge, Maria de Lourdes Pauli, Sandra Fernandes Rodrigues, Sonia Maria Moraes Torres, Álvaro Luiz Teixeira, Ana Emília Dornelles, Bruno Edemundo Schmitz, Inês Cristina Dall Mass, Jonira Ibias Martinez, Lander Iglessias Soares, Maria Helena de Freitas, Monica Bailvé O'May, Nara Lima Branco, Rodolfo Lucena, Ana Luiza Ferreira do Nascimento, Maria Rita Osório Stumpf, Gládis Loureiro Fonseca e José Paulo Bisol.



ARTICULAÇÕES

Arenão

PDI

PTB

MDB - Frente Popular

PT

É nesse contexto que se inserem e se formam os novos partidos. Alguns apenas articulados a nível de conchavos entre as "grandes" lideranças políticas do país, a espera de uma definição da reforma partidária, que ainda este mês será entregue ao Congresso pelo Governo. Outros, ignorando a legislação com a qual não concordam, vão se organizando, na tentativa de conquistar desde já um espaço na luta política brasileira.

Os partidos do governo ou ligados a ele enquadram-se entre os primeiros. Há vários meses, as diversas correntes da Arena e alguns setores mais atrasados do MDB discutem o Arenão, o PDI, o Partido Libertador. Mas não há nada definido, apenas idéias e conchavos. Os líderes arenistas ainda não sabem se querem um único partido do governo, garantindo uma maioria "absoluta" no Congresso, ou se vão dividi-lo em vários: um representando o governo e outros apoiando.

O Arenão, como está sendo colocado, teria o mesmo programa da Arena, defendendo a atual política governamental - a do Presidente Figueiredo. O PDI, segundo João Dêntice, um de seus principais articuladores, se propõe "um partido radicalmente democrático, respeitando as instituições e a liberdade e dignidade da pessoa humana. É pluralista, defende o direito e a sanidade política da multiplicidade de agremiações, canais e instrumentos de autonomia cívica do povo". Dêntice defende um pacto social que preserve a dignidade material e espiritual de toda a comunidade. "Assim, visualizo uma sociedade aberta, em que os meios de produção estejam ora partilhados pelos trabalhadores, ora geridos por órgão estatal, ora em mãos da iniciativa privada. É um pacto que não aviltaria ninguém."

O líder que retorna

No MDB também há divisões quanto à reformulação partidária. Mas aqui, num outro sentido. O partido está dividido em dois blocos: de um lado, os que defendem a organização de uma frente de oposições, a Frente Popular; de outro, os trabalhistas, que já estão engajados na reconstrução do "novo" PTB. E a chegada de Brizola no Brasil deixa clara essa divisão. Embora até representantes da Arena tenham ido receber o ex-governador, foram os declarados trabalhistas - históricos ou mais avançados - que ficaram ao lado dele vários e vários dias em São Borja.

As discussões, muito pouco divulgadas, giraram em torno das características do partido e das declarações de Brizola no exterior. Ainda não está totalmente definido o que será o "novo" PTB, qual sua constituição. Por enquanto, os dois grupos que se jogaram na construção lutam para ter Brizola a seu lado e garantir a criação de um grande partido com o apoio de seu líder carismático.

As propostas de Brizola para a definição do PTB não são claras para a maioria dos trabalhadores, nem mesmo para alguns parlamentares. Ele prega o trabalhismo como uma forma de luta pela democracia social, pela transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas do país.

Brizola pretende transformar o PTB na corrente política que irá reger o desenvolvimento brasileiro nos anos 80.

- Ora, nós pretendemos abrir caminho para o socialismo democrático, buscando socializar em liberdade. O trabalhismo não propugna estatização global, autoritária da economia, como também não exclui a propriedade privada, a iniciativa privada, a chamada livre iniciativa. Ao mesmo tempo condiciona a propriedade, o uso do capital e da propriedade ao bem coletivo, aos interesses superiores da coletividade.

Uma oposição popular

A proposta de Frente Popular, conforme os parlamentares que a defendem, tem um primeiro passo: a defesa intransigente de manutenção do MDB e o combate dentro do par-



Brizola: o homem do PTB

tido, às correntes adesistas, no sentido de tornar mais definida a conformação política e programática do partido.

O deputado José Fogaça, por exemplo, entende que o primeiro combate à ditadura, a nível institucional, é o de tentar evitar que ela impunemente termine com o patrimônio de 18 milhões de votos conquistados pela oposição nas últimas eleições. Afirma que o partido pode e deve se transformar numa organização do povo, de todas as correntes oposicionistas, unidas em torno do combate ao inimigo principal.

Se derrotada neste esforço, a oposição deve permanecer unida, desde os parlamentares e intelectuais, até os líderes sindicais dos trabalhadores. Sem deixar de fora, é claro, os estudantes e outros setores da sociedade civil.

Outros parlamentares, confirmando sua decisão de permanecer no MDB e lutar por sua transformação num partido popular, falam do avanço que teve nas últimas eleições o grupo dos parlamentares chamados "autênticos", tanto na Câmara Federal como nas bancadas estaduais. Para eles, a justiça de sua proposta se reafirma em cada mobilização popular, como na greve dos bancários.

- Lutando contra a intervenção no sindicato, conta um deles, imediatamente reuniram-se sindicalistas, representantes de associações profissionais e de bairros, lideranças estudantis, representantes da imprensa alternativa e de suas diversas correntes políticas, além dos parlamentares. Esta última presença chegou a ser considerada benéfica até pelo lançador nacional da idéia do PT.

Lula afirmou que os parlamentares presentes na sede da Federação dos Sindicatos de Bancários do Rio Grande do Sul estavam fazendo o que sempre deveriam fazer: "cumprir seu papel de representantes do povo, apoiando de todas as maneiras o movimento dos trabalhadores"

O partido sem patrões

Só que o apoio a que Lula se refere não é paternalista. Além do respaldo parlamentar, Lula entende como apoio, o engajamento na luta dos trabalhadores, em torno da construção de um partido da classe, sem conciliação com setores da burguesia.

Lula defende a construção do PT, um partido que começou a ser encarado como necessário a partir das greves do ABC no ano passado. Lançado no final do ano, o Partido dos Trabalhadores deixou de tornar-se apenas uma boa

"idéia", como diziam alguns, para se tornar realidade.

Em diversos estados foram formadas comissões regionais pró-partido dos trabalhadores e vários núcleos são articulados. No Rio Grande do Sul já existem três núcleos constituídos - bancários, jornalistas e professores - e vários em discussão. Estes núcleos estão se formando a partir da base, por categorias profissionais. E, pela concepção geral de seus adeptos, o PT realmente tem procurado se estruturar a partir da base, por categorias profissionais, fortalecendo-se nas lutas gerais e específicas de cada categoria. Mas com a chegada de Brizola e com a conseqüente criação do PTB, pairam sobre o PT algumas dúvidas, que Olívio Dutra, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (sindicato sob intervenção), procura esclarecer:

- O PT é uma proposta de intervenção dos trabalhadores na questão político-partidária, surgida das lutas concretas no passado e no presente. É uma proposta que engloba as reivindicações e uma alternativa de sociedade, justamente organizada, sem exploradores. Não é uma proposta de criação de um partido quadrado, mas sim de um partido a ser construído pelos trabalhadores do campo e da cidade. Quanto ao programa do PT, existe uma proposta de programa a ser discutida pelas bases, pois os líderes entendem que este programa, assim como o partido, deve ser criado de baixo para cima. Na proposta constam como pontos fundamentais: liberdade e autonomia sindical, direito de greve, estabilidade no emprego, estatização dos serviços essenciais e nacionalização das empresas multinacionais, entre outros.

Para Firmo Trindade, da Associação dos Economistas e membro da Comissão Regional Pró PT, a proposta central deste movimento é a organização política dos trabalhadores, procurando sua libertação econômica, política e social. Partindo deste princípio, Olívio Dutra não vê a possibilidade de uma futura aliança com o PTB.

- Não se pensa em alianças. Aliança é o próprio trabalhador que vai definir. Em princípio, a proposta dos trabalhadores não surge para fazer frente ou oposição. Seu significado não é mecânico. Lutamos contra o patrão e não contra o PTB ou MDB. Agora, não faremos aliança com a classe dominante, com aqueles que se dizem defensores dos interesses dos trabalhadores, mas que na verdade dependem apenas de seus próprios, contra uma conjuntura que não lhes é favorável no momento. O programa do PT diz tudo. É um programa socialista sem dizer que é socialista.

A BUSCA DE UM



Foto de Paulo Dias - Caidas Júnior

TRABALHADORES PRESSIONAM SINDICATOS

Há muitos anos o Rio Grande do Sul não vivia dias tão conturbados no setor trabalhista como ultimamente. A "abertura", fruto da pressão dos movimentos populares, não iludiu as diversas categorias de trabalhadores que estão conscientes de que o regime continua aplicando os instrumentos de exceção de que dispõe.

Segundo o líder sindical Olivio Dutra, "de repente, os trabalhadores descobrem que reivindicar salários é também reivindicar alteração de um modelo, porque a política salarial é parte de um modelo econômico que concentra riqueza em detrimento do salário daqueles que são a maioria, ou seja, os trabalhadores". Para ele, qualquer movimento de trabalhadores em busca de melhorias salariais é político.

HISTÓRICO

A história dos movimentos classistas no Brasil mostra que as primeiras mudanças sociais em favor dos trabalhadores, aconteceram durante o governo de Getúlio Vargas, sem a participação dos principais interessados. A criação do salário mínimo, a regularização dos sindicatos, mesmo com base numa orientação inflexível, foram um gesto paternalista que, junto com outras melhorias sociais, tinham o objetivo de es-

vaziar a possibilidade de organização e de não incentivar os movimentos de classe.

A questão social no Brasil dividiu-se em duas fases distintas: antes e depois de 1930. Na opinião do sociólogo Rubem Oliven, o pacto populista durante o governo de Vargas, procurou determinar as forças progressistas como compostas por povo e empresários industriais, apresentando como seus inimigos, os latifundiários e as forças externas. Isso não era correto, pois assim o operário não buscava no seu adversário natural — o patrão — o seu verdadeiro inimigo.

Clovis Ilgenfritz da Silva, presidente do Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul, acha que o populismo que dominava o movimento sindical antes de 1964, cedeu lugar, hoje, a um movimento muito mais autêntico, mais representativo, com lideranças, com independência. Até 1964, possivelmente algumas questões ainda estivessem sendo encaminhadas a nível de uma política populista, herança de uma fase getuliana, e que perdurou durante os governos subsequentes.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Durante esses governos a organização sindical, ao contrário dos países desenvolvi-

dos, estruturou-se com os sindicatos ligados ao Estado e diretamente filiados ao Ministério do Trabalho. Isso fez com que houvesse um atraso considerável nos movimentos de classe, fazendo com que o trabalhador sempre ficasse à margem do processo econômico e político.

Devido a essa estrutura consolida-se a figura do "pelégo" como líder sindical. Esse líder na realidade, segundo os trabalhadores, "é um reflexo da estrutura do resto da sociedade, anti-democrática, fechada, na qual as cúpulas, queiram ou não, acabam impondo as coisas, de cima para baixo". É consenso que os sindicatos, como estão atualmente, não servem mais aos trabalhadores e devem ser modificados, através de sua participação de dentro para fora, de tal forma que empurrem as direções sindicais para posições que atendam a seus interesses, substituindo essas direções, através de um processo democrático de participação, com uma ampla campanha de sindicalização dos companheiros. Uma decorrência dessa falta de representatividade dos sindicatos nos anos passados, é a ausência de movimentos reivindicatórios, principalmente de greves. Hoje, os trabalhadores levantam uma greve, às vezes à revelia dos próprios sindicatos,

O momento é de crise. O momento é de grande densidade populacional a tensão do Sul, o ponto de referência é Porto Alegre, lento, mas ganhando velocidade e intensificação das diversas categorias de trabalhadores em busca de justiça social e sua reivindicação desenvolvida. Trabalhadores de várias categorias lutam livremente participando do processo de luta, força através do único instrumento que existe nas universidades, nos bairros, nas vilas. Há anos o trabalhador luta por uma autonomia no processo, o grande ausente é o agricultor que vai terminar.

como ocorreu na construção civil. Isto demonstra que houve um período de repressão, sendo que a greve está surgindo, independente da participação da diretoria do sindicato. Se a participação do trabalhador dentro dos próprios sindicatos fosse uma tradição, a greve tomaria rumos mais definidos, mais consistentes, e não seria o único instrumento de luta dos trabalhadores para alcançarem seus objetivos. Como isto não ocorre, a greve como fato social está sendo decidida fora dos sindicatos, fruto da consciência de uma categoria que dá condições para que essa greve seja vitoriosa. Desta forma, uma greve jamais poderá ocorrer de cima para baixo; ela é uma consequência da discussão de uma classe profissional e disto os trabalhadores estão conscientes.

REAÇÃO EM CADEIA

A insatisfação popular tomou corpo e manifesta-se pela primeira vez, depois de muitos anos, novamente sob a forma de mobilização das mais diferentes categorias, algumas das quais não possuíam sequer tradição de luta, como foi o caso aqui em Porto Alegre, dos operários da construção civil e dos professores.

Apesar de no Brasil continuarem sendo mínimas as razões legais para ocorrência de greves, elas estão irrompendo como movimentos espontâneos, sem grande organização, devido à falta de tradição e estrutura sindical.

As duas greves mais representativas ocorridas no âmbito urbano foram as dos motoristas e dos operários da construção civil. Porém dentre todas outras greves que se seguiram, a da construção civil se sobressai, como o exemplo mais significativo dos últimos tempos. Durante o encontro de líderes sindicais, onde se tentou fazer uma análise do resultado dos movimentos, Clovis Ilgenfritz da Silva opinou que, principalmente os trabalhadores da construção civil, estiveram em greve lutando por sub-

sistência, e não s
da qualidade de
quer só lutar pe
ção mínima de
preocupados co
tes que têm um
grande, pelo m
ralmente como
épocas, houve t
proteção dos op
Eles, entretanto
manobras, tant
ram comandado
dores.

Assim o quadro
rompimento so
sociedade. Até
como médicos,
mobilizaram a
seus objetivos.

Mas a intervenç
dicatos que re
ce, mas sendo
caracterizou a p
motoristas em F
a dos operários
por mais de qu
gociações finais
to dos interesses
Um objetivo cl
operários é ce
atual estrutura
um amadurecim
dores lutar pela
seus movimentos
negociação dire

A REPRESENTAÇÃO INTERSINDICAL

A Comissão Int
anos em torno
dical de Estudo
nômicos (DIEE)
sindicais eram
gabinetes ofici
tuação que al
fazer suas pró

ESPAÇO POLÍTICO

DA VANGUARDA À RETAGUARDA

mento é de reflexão. Nos grupamentos humanos de a tensão aumenta continuamente. No Rio Grande é Porto Alegre. E aqui, num processo, a princípio de e intensidade na medida em que aumenta a orga- s de trabalhadores, a conscientização da busca de o desenvolvem-se ostensivamente.

rias lutam por um espaço onde possam manifestar-se processo econômico e político, demonstrando sua mento que possuem: a greve. Agora, a discussão está nas vilas, nas fábricas. Pela primeira vez em muitos a autonomia sindical, econômica e política. Neste o agricultor, mas há indícios de que essa passividade

cia, e não simplesmente por melhoria qualidade de vida. A grande maioria só lutar pela garantia de uma condi-

mínima de vida e não estão muito ocupados com os aspectos subseqüen-

ue têm uma influência política muito de, pelo menos por enquanto. Natu-

ente como já aconteceu em outras as, houve tentativa de manipulação e

ção dos operários por setores alheios. entretanto, já estão atentos a essas

obras, tanto que os movimentos fo-

comandados pelos próprios trabalha- s.

o quadro que se apresenta é de um

imento social em vários segmentos da

ade. Até categorias profissionais o médicos, professores, bancários, se

lizaram a fim de conseguir atingir objetivos.

a intervenção governamental nos sin-

os que representam setores vitais, a sendo a vida. Assim também se

terizou a pronta solução da greve dos

bristas em Porto Alegre, enquanto que

s operários da construção estendeu-se

mais de quinze dias, sendo que as ne- ções finais ainda foram em detrimen-

os interessados. objetivo claro nas reivindicações dos

eram discutidos problemas como Custo de Vida e INPS, sendo que aos poucos estas

discussões do DIEESE foram para as bases.

Entre os sindicatos participantes estavam o dos bancários, dos produtos farmacêuticos, os eletricitistas e o vestuário. Mais

tarde vieram os metalúrgicos, os gráficos e os jornalistas.

Aqui em Porto Alegre a Intersindical pro-

jetou-se com sua atuação junto a greve dos operários da construção civil. Aglomeran-

do 25 sindicatos na capital e outros 25 no interior sua tarefa é exatamente em torno

das reivindicações básicas do movimento operário e não, reunir gratuitamente o

maior número possível de sindicatos. Na Intersindical as reivindicações são em nú-

mero de cinco: liberdade e autonomia sin-

dical, garantia no emprego, salário mínimo real e unificado, convenção coletiva de

trabalho e direito de greve. Numa afirmação de Olívio Dutra, que par-

ticipou ativamente no trabalho da Intersin-

dical, "uma greve por melhores salários", como foi a dos operários da construção

civil, "é uma greve política e significa um posicionamento contra a política salarial

vigente. O próximo passo será a sua orga-

nização e a conquista de um espaço dentro do seu sindicato. Mas é preciso deixar bem

claro que, neste momento, a motivação para as greves dos trabalhadores são suas

Quase 50% do dinheiro arrecadado para o fundo de greve dos trabalhadores da Construção Civil foi conseguido através dos estudantes. Dezenas de piquetes foram organizados em Porto Alegre, Canoas, Guaíba, Alvorada. Nenhum show, palestra, entidade de classe ou esquina importante da cidade foi esquecido pelas comissões do DCE que durante todos os dias da greve se revezaram na passagem das urnas de arrecadação. Nas universidades, postos de recolhimento nos Diretórios Acadêmicos recebiam contribuições em alimentos: a campanha do "dois quilos". Cerca de 500 estudantes se jogaram na tarefa que hoje a sua entidade máxima, a UNE — recentemente reconstruída num amplo movimento nacional — aponta como a fundamental em sua carta de princípios: o apoio irrestrito à luta dos trabalhadores.

Até o ano passado, o papel do Movimento Estudantil, visto por todas as tendências políticas organizadas nas escolas, era o de "acirrar os rachas da burguesia", provocar um aprofundamento das contradições e divergências que o bloco de empresários começava a demonstrar. As ruas se tornaram espaço para reivindicações. Os estudantes pareciam puxar o movimento de massas no país. Até acontecer a primeira grande greve de trabalhadores, quando os operários metalúrgicos pararam o ABCD paulista.

"Depois vieram as greves e passeatas de professores, ban-

cários, mineiros, motoristas, pedreiros, dezenas de outras categorias. Os trabalhadores assumiram a vanguarda do movimento, e os estudantes passaram a uma posição secundária, de apoio. Como efetivamente deve ser" — salienta o presidente do DCE-UFRGS.

Ao mesmo tempo em que continua indo às ruas acompanhando os trabalhadores nas lutas gerais por melhores condições de vida e liberdades democráticas, o ME se volta agora com força para sua própria organização interna, desenvolvendo lutas específicas.

"Em todo o movimento existe um grande eixo — a queda da ditadura — que aglutina desde as palavras de ordem por anistia até as que reivindicam um ensino livre, gratuito e voltado para a maioria da população porque este regime que está aí não pode dar nada disso" — volta a explicar o DCE-UFRGS.

Dentro deste processo, a UNE surge como uma verdadeira conquista. Foi arrancada "das barbas da ditadura", como dizem os estudantes, se tornando a primeira organização nacional de um setor de classe — exemplo para outras. E é em torno dela que se articulam agora todas as tendências, organizando a eleição de outubro que deverá escolher de forma direta a primeira diretoria após a reconstrução, o primeiro programa que direcionará todas as lutas estudantis da perspectiva dos trabalhadores.

Foto de Carlos Rodrigues — Caldas Júnior



Uma onda de euforia carrega as aspirações dos agricultores gaúchos. Finalmente um ano de safras abundantes, destacando-se a do trigo estimada em 4 milhões de toneladas, e o que é mais importante, a um preço compensador. Faltam apenas detalhes para o produtor fazer parte do reduzido número de eleitos deste país. O Rio Grande do Sul reiniciará sua caminhada em busca do desenvolvimento e o progresso será seu companheiro... Estas conclusões otimistas fletem o espírito das declarações prestadas por dirigentes de organismos representativos de trabalhadores e produtores rurais: Fetag, Fecotriço e Sindicato dos Produtores Rurais de Porto Alegre.

Num universo aproximado de 4 e meio milhões de pessoas que constituem a metade da população do Estado, a situação é a seguinte:

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRIGO E SOJA

Duzentas mil famílias são associadas da Fecotriço. Cultivam preferencialmente soja e trigo, constituindo-se na aristocracia da agricultura gaúcha, tanto pela sua situação econômica e propriedades, como pelas facilidades de crédito e absorção de modernas técnicas agrícolas. Plantam trigo por injunções administrativas e creditícias, mas quem mesmo é plantar soja, esperando enriquecer quando uma alta violenta nos preços coincidir com uma safra excepcional, fato ocorrido duas vezes nesta década, abrindo as portas da agricultura gaúcha para um novo eldorado. Esta corrida leva o produtor a se integrar cada vez mais na sociedade de consumo, abandonando a policultura e se tornando um comprador sempre com maiores necessidades. A tecnologia importada leva-o à ociosidade, fazendo-o procurar nas cidades, juntamente com o lazer, informações sobre as cotações da bolsa, ao invés de permanecer ocupado com lavouras auxiliares de subsistência. Este ano, porém, sob a orientação da Fecotriço, está havendo um retorno intensivo ao plantio do milho, o que possibilitará a recuperação econômica do agricultor, prejudicado por dois anos de péssimas safras.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

Quinhentas mil famílias são associadas da Fetag, 464 mil das quais possuem área inferior a 50 hectares, em média

de 18 a 24 hectares por família. São os minifundiários, em geral, agricultores que praticam uma agricultura de subsistência, a maioria com equipamentos obsoletos e desassistidos tecnicamente, mas cuja produção neste ano é esperada com indistigável otimismo.

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE PORTO ALEGRE

Dos 1.700 associados, 1.200 trabalham na produção de hortigranjeiros, o que se constitui numa atividade rendosa quando as condições de produção e preço são razoáveis. Mas, os hortigranjeiros são produtos de alta perecibilidade, disto se aproveitando os intermediários para seus negócios. Se houvesse uma possibilidade de fixação de preços constantes e um seguro contra as frustrações das safras, ao lado de facilidades de crédito, aí sim, os resultados seriam extraordinários. Mas, os problemas, conforme a ótica em que são vistos, podem ser minimizados, mas, ao aduzirmos algumas considerações veremos que o aspecto geral da agricultura no Estado piora sensivelmente:

- 1) O êxodo para as grandes cidades é de, no mínimo, 100 mil pessoas por ano que vão se acomodar nas vilas marginais, engrossando o caudal de mão-de-obra não especializada e arrastando a família para a subnutrição e a miséria;
- 2) Segundo estimativas otimistas, 110 mil famílias não dispõem de terra para plantar, constituindo-se num fluxo migrante, intermitente, consumidor de subprodutos ou detritos, caracterizado pela vida apática e vegetativa, resignado ao fatalismo nativo;
- 3) Condições precárias de higiene, saúde e instrução;
- 4) Violento encarecimento de insumos, máquinas e tecnologia importados, numa flagrante defasagem com os preços dos produtos agrícolas;
- 5) A alienação em que vive o agricultor gaúcho. Não tem ambições a não ser a de consumir cada vez mais. Ainda carece de uma visão da sociedade e do papel que nela lhe cabe. Continua sendo um joguete na mão de políticos e demagogos, vítima de atravessadores, intermediários e açambarcadores que elevam artificialmente os preços, onerando os consumidores enquanto roubam os produtores.

Economia: Quem explica essa crise?

Que o estado está em crise, ninguém nega. A divergência surge quanto à definição dessa crise. Para o governo, estamos atravessando um período de crise financeira, isto é, falta de dinheiro. Para os empresários a crise é econômica, ou seja, é o resultado de uma estruturação mal formulada.

Se o problema é apenas falta de dinheiro, não é muito difícil solucionar. Bastam uma ou duas boas safras de soja, junto com boas condições no mercado externo. Mas há quem pense que o problema é mais grave, e que a crise financeira é apenas um sintoma de um mal maior.

Nosso estado produz principalmente matérias-primas e produtos intermediários. O mercado para nossa produção está localizado fora de nossas fronteiras, seja no centro do país, principalmente em São Paulo, seja no exterior. As poucas estatísticas existentes mostram que nossa balança de pagamentos é favorável. Mas os dólares gerados pela exportação não aparecem aqui no Rio Grande. Grande parte de nossa renda é gasta no exterior mesmo, pagando as importações brasileiras. Ou-

tro tanto fica em São Paulo, para pagar os produtos industrializados que não produzimos por aqui. E, do pouco que sobra, uma boa parte é reinvestida fora do estado.

Nossa indústria quase não produz bens de consumo acabados. Ela atua quase exclusivamente como fornecedora para o parque industrial paulista. Ou então produz implementos cuja utilização depende da maior ou menor atividade econômica no centro do país. É o caso das indústrias de autopeças, implementos agrícolas e implementos rodoviários. Outro problema grave é nossa excessiva dependência das oscilações da economia mundial, fruto de uma política de incentivo desenfreado às exportações. Qualquer tremor na economia européia ou americana reflete-se como uma tragédia em nosso meio. Até mesmo a inflação internacional, quase ignorada por aqui, está nos causando sérios problemas: embora tenham aumentado, em números absolutos, nossas exportações representam um poder de compra no exterior menor do que obtínhamos há dez anos.

Um sistema econômico não se constrói em

pouco tempo. Tem que ser estruturado aos poucos, sendo posto em movimento de forma gradual. E, depois de estar em marcha, atua como que dotado de efeito giroscópico, ou seja, tende a manter a direção, a menos que seja aplicado um grande esforço para conseguir uma mudança de curso.

As soluções até hoje propostas para diminuir nossa dependência foram ou mal pensadas, ou mal aproveitadas. A implantação de indústrias do tipo Aços Finos Piratini, Pólo Petroquímico, ou mesmo da Refinaria Alberto Pasqualini, só nos beneficiaria se acompanhada de um desenvolvimento simultâneo da indústria de bens finais, consumidoras dos materiais por elas produzidos.

A perspectiva gerada pela crise do petróleo, causando a redescoberta de nosso carvão, não passará de uma esperança vã se não for mudado o relacionamento com o poder central. Caso não sejam feitas alterações na política de arrecadação do ICM, corremos o risco de não ficar com muito mais que os buracos da extração.

Nossa situação é clara: nunca houve tanto

título em cartório, tanta concordata, tanta falência. Os projetos de investimento no BRDE este ano, são em menor número e valor que os do ano passado. O governo do estado tem dificuldades cada vez maiores para pagar seus funcionários e saldar seus débitos. As prefeituras do interior paralisam suas obras. As vendas estão em baixa.

E junto com as vendas, as compras, o poder aquisitivo da população e suas condições de vida. Porque, como sempre, os fracassos econômicos são pagos pelos mais fracos, através da socialização dos prejuízos, no achatamento de salários, e no repasse dos custos aos preços pagos pelo consumidor.

Em Brasília cai Simonsen, entra Delfim. Mas a cantada competência do mago ressuscitado não servirá a ninguém mais que aos beneficiários de seu milagre econômico, que se sentiam ameaçados pelo dissidente Mário (Bozzano - Westinghouse) Simonsen. Também na economia, o que define o modelo é a decisão política. O resto é disputa, entre os que têm a faca na mão, pelas maiores fatias do bolo.

MDB culpa o modelo exportador

O Deputado Porfírio Peixoto atribui as dificuldades do Rio Grande do Sul no cenário econômico nacional ao modelo exportador adotado no Brasil, que veio em prejuízo dos estados da federação que têm maior participação na composição da balança comercial do país. Acrescenta ainda que o sistema de isenções adotado com o fim de estimular as exportações fez com que as receitas públicas dos estados fossem reduzidas em quase 50%.

Diz também o deputado opositor que a própria política exportadora exigiu o achatamento salarial com o fim de reduzir o consumo e criar excedentes exportáveis. Essa política concentrou as rendas, fazendo com que os setores industriais ligados à produção de bens de consumo fossem prejudicados em favor dos ligados aos bens duráveis. Com isso, o setor industrial do Rio Grande do Sul, voltado à produção de bens de consumo perde terreno em favor do parque industrial paulista. Um exemplo claro disso, segundo o parlamentar, são as indústrias ligadas à produção de automóveis, eletrodomésticos, todos bens que atingem uma pequena parcela da população que vem a ser a maior beneficiária do processo concentrador de renda. Isso tudo somado prejudicou a economia gaúcha, deslocando-a para o quarto ou quinto lugar na ordem de importância no país.

Sobre a implantação do pólo petroquímico no estado, como um fator de recuperação da economia gaúcha, o parlamentar admitiu que será uma injeção em nossa economia, em função dos altos investimentos que o setor exige. Entretanto, acrescentou que existe algum exagero com relação à sua importância, visto que é duvidosa a longo prazo, já que todas as matérias-primas usadas estão diretamente ligadas ao petróleo. Além disso a geração de empregos desse setor é muito pequena; estão previstos cerca de 4 mil empregos diretos. Também são duvidosas as necessidades de utilização internamente da totalidade de sua produção, tendo o país que recorrer ao mercado externo, onde sairá perdendo na competitividade porque os países industrializados têm o controle do mercado e uma tecnologia avançada.

Quanto à melhora da atual situação, o deputado do MDB afirmou acreditar que dentro do atual modelo econômico é muito difícil ao Rio Grande fugir da tendência natural de perder a sua antiga posição no cenário econômico nacional. Isso em função do esgotamento da fronteira agrícola do estado, sua estrutura fundiária e os enormes gastos de custeio da administração pública.

“Era preciso crescer para depois repartir”

Élio Falcão Vieira, economista e jornalista, considera a crise econômica brasileira resultante do chamado “modelo de desenvolvimento”, que tinha por base a idéia de que primeiro era preciso crescer para depois repartir. O processo de crescimento eliminaria por si só as disparidades sociais, atenuaria os desníveis regionais e, numa etapa mais longa, distribuiria os benefícios da riqueza.

“Um imenso sacrifício deveria ser dispendido, através de um modelo consumista alicerçado na redução real dos salários. Como a redução implicava em perda do poder de compra, a válvula da exportação foi o caminho natural para que se pudesse manter a atividade do sistema e criar um adicional de produção. Entretanto, como os produtos brasileiros tinham um preço acima da cotação internacional, foi preciso abdicar de todos os impostos que o consumidor interno paga. Além disso, concederam benefícios fiscais acima das possibilidades do país.”

“Este quadro do modelo exportador gerou benefícios para uma pequena minoria populacional, cujos resultados mais palpáveis se fizeram sentir na concentração de renda e no aumento da distância que separa os grandes e pequenos salários. Mas isto estava nas previsões. O que cumpria agora era repartir o que se havia feito com grande ônus social. Neste momento verificou-se que o

crescimento era artificial e o incremento da taxa de uns setores produtivos, em detrimento de outros, em vez de eliminar as disparidades as acentuava. O governo havia propiciado a formação de imensos focos de capacidade ociosa no sistema, gerando inflação estrutural, para a qual as premissas de política econômica não tinham solução.

“Como o instrumental era monetarista o sistema financeiro foi o grande beneficiado. E, duas moedas entraram em circulação. A do dia a dia, que se deteriora a cada momento, e a especulativa, que ganhou correção monetária e liquidez, permitindo que fosse melhor especular do que investir.

“O custo de vida, recebendo a imensa pressão dos setores desequilibrados, apresentou crescimento vertiginoso. O fato da alimentação ser fator preponderante de tais aumentos serviu para identificar a incapacidade da industrialização de resolver as questões do crescimento harmônico. O estímulo à monocultura exportadora regional possibilitou que as culturas tradicionais fossem afastadas em detrimento de uns poucos produtos de alta comercialização e ganhos fáceis.

“Para alimentar esta concepção desenvolvimentista, a formação dos grandes conglomerados financeiros sedimentou-se como base. Os bancos regionais desapareceram, por fusão ou incorporação, sempre com

recursos das autoridades monetárias, num processo de socialização inadmissível com o sistema capitalista, ainda que incipiente. Projetos mirabolantes com base num mercado externo imaginário consumiram o esforço produtivo de muitos anos. No momento em que a economia mundial se fechou muito pouco restou. A descoberta dos equívocos foi de difícil aceitação e a tese de um oásis de paz num mundo conturbado foi a última das mentiras imputadas à nação.

“O país importa petróleo no momento atual, porque certa vez optou pelo lucro fácil da comercialização em lugar do risco enorme da prospecção. A questão da balança de pagamento está muito mais em função da dívida externa acumulada nos últimos anos de milagre do que nos preços pagos pelos combustíveis. “Num país em que a concentração de terra e a reforma agrária é entendida como assunto para economistas desocupados, a crise é muito mais de estrutura do que de momento. Um sistema altamente elitizado encontra seu obstáculo maior quando o mercado externo não responde aos sonhos, e as agruras internas são realçadas.

“Nos estranhos caminhos do milagre, o monumental encontro com a realidade, agora está muito mais difícil de esconder, porque os tempos são outros, e a sociedade civil assume o lugar que lhe cabe, pressionando o governo para suas necessidades.”



Porto Alegre

...ndos nós.

O que importa é a presença

Esporte: Massa X Elite

A necessidade de lugares públicos, os clubes fechados que vivem do dinheiro das mensalidades e a falta de apoio por parte do governo contribuem para que o esporte amador se distancie cada vez mais do povo tornando-se um esporte de elite.

"Atualmente a situação do esporte amador é ótima, comparando com os anos anteriores". Esta é a opinião de um tanto otimista de Edgar Guimarães Machado, professor de educação física, Secretário Geral da ACM e chefe da delegação gaúcha nos últimos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) realizados em Brasília.

Mesmo dizendo que a situação do amadorismo é boa, Edgar admite que ainda existem problemas sérios a serem resolvidos, como a má divulgação deste esporte por parte da imprensa, pouca verba e o desinteresse do governo em apoiá-lo financeiramente. Nos casos de falta de verba as federações auxiliam dentro de suas possibilidades. "Nunca aconteceu de uma delegação não participar de um campeonato por falta de dinheiro para pagar as altas taxas de alojamento e arbitragem. Mas isto acontece porque saímos a pedir dinheiro para um e para outro até que o caso seja resolvido". Na opinião de Edgar, o que agrava mais a situação do amadorismo é a necessidade de lugares públicos para a prática deste esporte.

"Atualmente, se você quiser praticar tênis, judô ou esgrima, terá que procurar clubes fechados que vivem do dinheiro das mensalidades". Com isto, o grande público vai se afastando cada vez mais, fazendo com que o esporte amador seja procurado por uma elite em termos de classe e instrução. O atleta pobre sempre terá que optar entre o trabalho e o esporte. No Brasil, ele não achará ninguém para patrociná-lo. Existem casos raros de adoção de atletas por determinadas companhias que têm outros interesses por trás disto.

Uma saída para esta situação poderia ser o apoio do governo através do Fundo de Apoio Social que é o dinheiro arrecadado da loteria esportiva para sustentar o esporte amador. Todo o clube que pratica mais de três esportes olímpicos tem direito a

uma porcentagem deste fundo. Edgar diz que a ACM é um destes casos, mas nunca recebeu nada. "Em mil novecentos e setenta e dois queríamos construir o nosso ginásio de esportes. Resolvemos enviar um pedido de recursos para Brasília contendo o projeto com plantas e toda a documentação necessária. Ao mesmo tempo em que não recebemos resposta, fiquei sabendo que na cidade de Vacaria um clube de carteado ampliou sua sede com uma verba do governo. Como não poderíamos esperar mais, pedimos empréstimo para a Caixa Econômica. Hoje temos o nosso ginásio, mas estamos devendo o dobro do que devíamos em setenta e dois." Depois de tudo isto Edgar ainda diz que a situação do amadorismo melhorou. Num país em que esporte é o futebol, é de se esperar que o amadorismo enfrente dificuldades cada vez maiores.

AUTOMOBILISMO

O automobilismo gaúcho ainda se encontra numa fase amadora pois ninguém vive do que ganha nas corridas. A principal dificuldade é o alto custo da manutenção do carro e do autódromo. Os pilotos têm seu próprio carro e recebem alguma ajuda de patrocinadores, quando o ideal é ser funcionário de uma equipe, não tendo nenhuma despesa com o carro. Em São Paulo, devido à proximidade das indústrias, as chances de patrocínio são bem maiores, sendo que muitos pilotos são realmente profissionais. Todos concordam que o automobilismo é um esporte caro, que necessita de patrocínio e que até o momento servia apenas como teste para a resistência dos motores. Mas agora um novo dado se apresenta com a crise do combustível. As corridas passam a ser laboratório dos carros à álcool, desempenhando este esporte uma nova função. Como já acontecia na Europa, onde as corridas não são mais do que

testes para novos carros e motores, no Brasil servirá para as indústrias automobilísticas começarem a colocar seus carros à prova. Com isto a imagem do esporte começa a mudar. Não existe somente o interesse de se ganhar corridas, mas sim, explorar novas técnicas que tornarão os carros brasileiros melhores e mais econômicos.

TURFE

O turfe é um esporte de elite? Vergara Marques, especialista e narrador, afirma que não. Ao mesmo tempo que faz esta afirmação diz que a proibição governamental de que não poderão ser feitas apostas nacionais promove a elitização do esporte. "Este tipo de aposta seguiria os mesmos moldes da Loteria Esportiva, onde seria feito um bolão com apostas de todos os estados. Nos Estados Unidos, Inglaterra e França, isto já acontece, onde os hipódromos recebem apostas de todos os estados da federação. É a Loteria Turfística", como a classifica Vergara Marques: "seria a afirmação do turfe como esporte de massa."

Abafado como tantos outros esportes — pelo futebol, o turfe não possui uma entidade única mantenedora, como as federações. Quem promove, administra e garante sua continuidade são os próprios Jôqueis Clubes, que exercem funções protetoras, regulamentares e até jurídicas sobre todos os setores deste esporte. As entidades turfísticas são mantidas pela renda das apostas, da qual retiram 33% para pagamento dos seus encargos. Com este percentual, os jôqueis clubes distribuem

os prêmios aos proprietários dos cavalos, dá comissão aos jôqueis, treinadores e cavaleiros. Além disso, paga os funcionários e trata da manutenção das obras de conservação do hipódromo. Os 67% restantes são divididos entre os apostadores.

O ANIMAL

O cavalo de corrida é mantido pelos proprietários. Estes pagam aos treinadores uma quantia de mais ou menos três mil cruzeiros mensais para terem sob sua responsabilidade de trinta a cem cavalos. Os treinadores são também empregadores, pois eles empregam e pagam os cavaleiros e tratadores. Eles se encarregam também da compra de equipamentos, alimentação, forragem, arreamento e treinamento dos animais.

Entre o Jôquei Clube e o proprietário existe um acordo, todo baseado e voltado para o animal, sendo este o personagem principal. A entidade distribui aos proprietários prêmios de acordo com a idade e desempenho de cada animal. A vida hípica de um cavalo é relativamente longa: começa aos dois anos e se encerra aos sete para as fêmeas e aos oito anos para os machos. Ao contrário do futebol — esporte de massa — o turfe, exige um grande capital para a sua manutenção. Isto contribui para que seja considerado, embora haja quem negue, um esporte essencialmente de elite. No momento em que um cavalo custa em média de dez mil a um milhão de cruzeiros, já existe um grande impedimento para que a massa participe mais ativamente do esporte.



Eder quer apenas ser um ídolo

Futebol: Um Circo?

PAULO HECKER FILHO, intelectual, autor de diversos livros de crítica literária, ficção, poesia e teatro, missivista invertido, correspondendo-se com praticamente todos os intelectuais brasileiros, torcedor do Grêmio Futebol Portoalegrense, fez uma crítica sobre o futebol no Brasil.

"O futebol no Brasil anda passando das medidas, ele nos interrompe a vida real, projetando-a no espelho de nossas quimeras. Todo mundo está nessa: homens, mulheres e crianças. Típico do jogo é que nada decide, a não ser a si próprio. Concentrando nossas emoções, delas esvazia o real e para um resultado que não nos altera a vida. E na medida em que o futebol apaixonado ou mobiliza nossos desejos, mais aliena. Quando se quer acima de tudo que o nosso time ganhe, se deixa de querer outras coisas com a energia necessária a sua conquista.

Há muito tempo que o futebol vem sendo usado por nossos governos como um tranquilizante social. Na falta de pão, o circo ilude. E ultimamente, com o regime autoritário e os poderosos meios de comunicação que o respalda, o circo está em função permanente por todo o país. Antes o futebol era o condimento do descanso, ocorria aos domingos; hoje, invadiu os dias úteis. Times e campeonatos eram acontecimentos mais ou menos restritos às grandes cidades, e já ganharam o interior e o país como um todo. Conselhos e federações são órgãos para-oficiais, fazem o

governo quer, ao ponto de dispensarem normalmente sua intervenção direta e não dão folga a jogadores e torcedores, ao Brasil.

O ardiloso clímax dessa política pró-futebol foi a criação da Loteria Esportiva, que potencializou a paixão pelo esporte, pela miragem da sorte-grande acessível a todos, esbulhando ainda mais os mínguaos salários dos trabalhadores. Um observador que olhasse com inocência para o Brasil, poderia concluir que nos transformamos num imenso estádio e vivemos para o futebol.

Uma praga e ao mesmo tempo benesse, pois como o carnaval, o futebol lava a alma, ao permitir que cada um nele viva a altura de seus desejos. A existência atual, trabalhosa e pressionada ou à beira da miséria do povo, brinca de liberdade na liberdade do jogo. Como mudar, se o império socializador do sistema não dá vez ao indivíduo? Se não nos permitem viver, aos menos que sonhemos estar vivendo no breve espaço das partidas.

Identificado com o seu clube, o torcedor faz seu o esforço dos jogadores, se realiza nele e se sente vitorioso quando ganham. Não lhes tirem ao menos essa felicidade reflexa, por ilusória que seja. Só há de temível no mundo a infelicidade dos homens, essa enorme infelicidade que não se mostra nada pronta em acabar, até parece que ao contrário. E vem bem tudo o que a diminua e mesmo a anestesia como o futebol".

Opinião do craque

O encanto do futebol começa e termina nos pés dos que o fazem dentro de campo: os jogadores. Fora do campo eles são pessoas normais, sem a magia do toque carinhoso e necessário com a bola.

Éder e Plein são partes atuantes no espetáculo toda vez que seus clubes entram nos gramados, o Grêmio e o Juventude. Para Plein, no assunto profissional existem detalhes que "exigem um tratamento jeitoso e com muito carinho" ao contrário de Éder, vindo do América de Minas, que saiu brigado com os dirigentes por que não recebia há quatro meses.

Ídolo ou produto de consumo de massa? Para quem recebe a função de mero espectador, uma estrela representa o ápice de seus anseios acalentados desde a infância. Para quem é estrela é a confirmação de seu talento. Éder gosta de ser popular, sendo mais procurado pela garotada "gosto de ser um

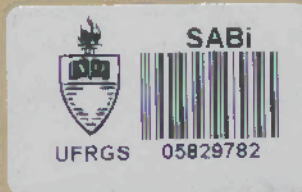
ídolo e procuro manter esta imagem atendendo a todos os torcedores, fazendo de tudo para agradar, pois são eles que fazem o meu cartaz". Para Plein este fenômeno nasce da necessidade que o povo tem de desabafar e acham naqueles que estão dentro do campo uma válvula de escape para suas tensões. Quem, como Éder, começou sua carreira ganhando 18 mil cruzeiros e hoje ganha 100 mil cruzeiros, não pensa nem opina sobre o momento político porque "estou por fora e também não quero entender. Prefiro ficar na minha, jogando o meu futebol e deixar a política de lado".

Não ser politizado faz com que Plein pense que "o Brasil está caminhando para uma posição muito boa e que dentro daquilo que pode fazer, está conseguindo. Não só o Brasil, mas todo o mundo está sofrendo a pressão da crise e ninguém é exceção".

CULTURA NO RIO GRANDE DO SUL:

“O sonho é o mesmo e o pesadelo continua”

Desanimador. Frustrante. Assim se define, segundo os próprios artistas, o estágio atual da cultura gaúcha. A tradição conservadora, a inércia sisuda gaúcha e a falta de dinheiro geram uma situação caótica agravada pelo “imperialismo cultural” que o eixo Rio-São Paulo exerce sobre o Sul. Para Nelson Coelho de Castro, “o sonho é o mesmo e o pesadelo continua.”



Música

...os mesmos caras, fazendo as mesmas coisas.” Assim Nelson Coelho de Castro define o que se chama de movimento cultural gaúcho. Um movimento que, para ele, não existe realmente, que não tem elementos que o identifique. Os músicos continuam indo para o centro do país e Nelson cita Bebeto Nunes Alves e Fernando Ribeiro. Aqui, continuam lutando para colocar um espetáculo nas poucas casas de teatro, lutando para obter patrocínio e, alguns, gravando.

O sonho ainda é o mesmo e o pesadelo continua, diz Nelson. Os músicos querem cantar, querem mostrar o que fazem em casa, querem escolher ser o que desejam, desenvolver uma profissão. Mas, os músicos não são como os operários. Eles não se reúnem e não brigam pelas coisas que pretendem em comum. O sindicato, a Ordem dos Músicos, o Clube dos Compositores cumprem o papel que lhes cabe: o de representar o sistema.

Falando sobre estes “clubes”, como ele mesmo define, Nelson diz que “ainda são as mesmas varejeiras”. A Isaac, que surgiu como a gravadora que salvaria o músico gaúcho desta situação de calamidade, funciona, para Nelson, como pode. Ele não fala sobre a gravadora, pois diz que é uma coisa assumida concretamente e que, quando assinou contrato, sabia de todas as briguinhas e das “panelas”. Diz que, agora, não reclama, mas que está brigando para modificar esta situação.

Nelson Coelho de Castro vendeu mais de mil cópias de seu compacto “FAZ A CABEÇA”, o que para o Rio Grande do Sul é considerável, mesmo que para o eixo Rio-São Paulo signifique um desastre de mercado. Nelson diz que visitou os disc-jóqueis, deu bombom para as balconistas, visitou muita gente para vender estas mil cópias. Com uma multinacional, poderia ter vendido 150 mil cópias, afirma ele, mas escolhi gravar na Isaac.

Tem gente por aí querendo vender o milagre da música gaúcha, a explosão do Sul, mas isto não existe. É o mesmo milagre dos baianos, dos mineiros e dos nordestinos. Apenas para ser vendido e manipulado pelas multinacionais. Um músico do Sul não tem, necessariamente, de fazer música do Sul, mas não é aí que morre o movimento musical ou o milagre gaúcho. Para Nelson Coelho de Castro, termina muito antes. Termina na inércia sisuda gaúcha.

Artes Plásticas

A programação das galerias de arte de Porto Alegre tem caracterizado um mercado onde existe bastante oferta e, por incrível que pareça, bastante procura também. A confirmação disto está no êxito de algumas mostras como a de Glauco Pinto de Moraes, a do argentino Thomas Abal, a de Vitorio Gheno e a de Alice Brueggmann. As obras expostas têm preços que variam de Cr\$ 1 mil a Cr\$ 22 mil, em média, e têm sido freqüentes as exposições que abrem com um bom número de peças já adquiridas.

Estará a comunidade porto-alegrense ávida pela arte? Talvez... considerando-se que arte é um ótimo meio de afirmação e que esta afirmação não se dá, necessariamente, no terreno da cultura. Observe-se, na freqüência aos vernissages, a presença de grupos que dão ao fato uma característica de acontecimento social, relegando-se o fenômeno cultural a um plano acessório.

Entre nós, os “lançamentos” — como as exposições de Luiza Fontoura e Sérgio Thomas — somente têm êxito se promovidos por quem é “estrela”, numa elite que habitualmente reforça nomes que fazem parte do seu círculo (não é por acaso que Roberto Gigante e Tatata Pimentel são responsáveis por galerias). Há, portanto, uma elite que patrocina a “prostituição da arte”: investe em quem rende “imagem” e não se arrisca num possível valioso desconheci-

do (como a desenhista Umbelina Barreto, recém-formada, que expôs uma série chamada *Engraxates*). Daí, o “nominho que está chegando agora”, só será considerado válido se garantir que o seu “mecenas” seja comentado no dia seguinte. E, círculo vicioso, as grandes galerias só programam os artistas que garantam a sua permanência, dentro dessas regras do jogo. As exceções são eventuais. Há o outro lado da moeda. São as mesmas galerias ativadoras desse fluxo de comércio sobreposto à arte que têm, também, a maior responsabilidade e as melhores possibilidades de reverter tudo, sobrepondo a arte ao comércio. Dentro desse esquema — arte/status — é natural que só as grandes galerias possam se dar ao luxo de promover as exceções honrosas. A “lojinha que vende quadros lá na vila Feio Lândia” não teria respaldo para saeurir a opinião pública com mostras-manifesto em favor das cidades de Rio Pardo e Pelotas (patrimônio histórico e cultural). A “lojinha”, da mesma forma, seria apedrejada se anunciasse uma individual de Magliani — pintora local descomprometida com as tendências da procura.

Tudo parece ser reduzido a uma questão de marketing, aumentando extraordinariamente a importância dos *merchants-de-tableau* e causando a constante abertura de novas galerias, situação onde só sobrevivem as “raposas velhas”.

Cinema

A situação do cinema no Rio Grande do Sul não difere muito da de teatro, música ou artes plásticas, ou seja, é péssima. O motivo dessa situação é, principalmente, falta de dinheiro. Tuio Becker, redator de cinema da Folha da Manhã, explica que “a Embrafilme não libera mais verba desde 73/74, quando foram exibidos filmes como “Negrinho do Pastoreio”, “A Morte Não Marca Tempo” e “Pontal da Solidão”, pois tais filmes — todos de diretores gaúchos — não deram lucro e nem sequer pagaram a própria produção. Desde então, o cinema gaúcho ficou tão desacreditado que todos os financiamentos foram cortados”. O único diretor gaúcho que tem dinheiro para fazer longa-metragem é o Teixeira.

A lei que obriga a exibição de um curta antes de qualquer longa-metragem seria excelente se não ficasse restrita apenas aos filmes realizados pelo eixo Rio-São Paulo. Tuio Becker diz ainda que “para

o diretor de um curta poder exibir o seu filme em cadeia nacional ele precisa trabalhar muito, tendo que ir diversas vezes ao Rio — e que já encareceria muito — e ainda correr o risco do filme nem chegar a ser exibido”.

A posição de Luis Carlos Merten, redator de cinema de O Rio Grande, não difere muito da de Tuio Becker, mas Merten ainda diz que “não existe uma tradição de cinema no Rio Grande do Sul e, além de não termos dinheiro, não temos idéias, pois tudo o que foi feito até agora foi apenas cópia. Precisamos, antes de mais nada, saber que tipo de cinema queremos fazer”.

Atualmente, a única entidade que está batalhando para conseguir algum recurso financeiro com a Embrafilme é a Associação Brasileira de Documentaristas — Seção RGS (ABD).

Teatro

“O teatro gaúcho? Está igual ao Brasil: falido. A diminuição do poder aquisitivo gerou a diminuição do público, que já não tem dinheiro nem para os gastos essenciais. Além disso, o preço dos ingressos não acompanhou a inflação, o que dificulta a situação para atores e produtores.” A declaração é de Jairo de Andrade, ator, produtor, diretor de peças teatrais e proprietário (ou ex?) do Teatro de Arena.

Cláudio Heemann, crítico de teatro, vê o problema de outra maneira. Embora concorde com Jairo de Andrade quando acha que não faltam casas de espetáculo em Porto Alegre e que o problema é a falta de público, ele é de opinião que, no final da história, “o público sempre tem razão”. “O problema do nosso teatro é a qualidade. Toda vez que é apresentado um bom espetáculo, ele tem repercussão. Eu acho que temos de ser bem rigorosos. Os espetáculos bons conquistam o público. Vê o exemplo de Macunaíma, que ficou um mês em cartaz, sempre com casa lotada.”

Jairo de Andrade, por outro lado, acha que a qualidade do teatro gaúcho está sendo prejudicada por uma censura pior do que a federal: a censura econômica. “A produção de teatro está muito cara. Por isso, deixa-se de montar muitas peças, por falta de dinheiro. O teatro precisa de ajuda do Estado. No primeiro semestre deste ano,

ainda se conseguiu montar alguns espetáculos. No segundo semestre, preparem-se... A única saída que o pessoal está encontrando é a formação de grupos cooperativados, mas mesmo assim sem resposta econômica.”

Apesar da falta de dinheiro, Cláudio Heemann diz que o teatro gaúcho está numa fase de “renascimento”. No fim da década de 50, houve um momento de muita qualidade no nosso teatro. Na década de 60 houve uma decaída e, agora, está começando a melhorar. Mas é difícil conseguir alguma coisa. Eu acho Porto Alegre uma cidade muito primitiva, muito opressora. Muitos já foram embora, para o Rio ou para São Paulo, por não conseguirem fazer nada de bom, aqui. Também existe gente que continua em Porto Alegre e que poderia fazer boas coisas, mas já desistiu.”

Entre os que não desistiram e tentaram lutar contra a crise está Jairo de Andrade, que “foi desistido”. “Depois de 13 anos, o Arena vai ser vendido. Nós estamos cheios de dívidas e não temos outro jeito. O teatro vai ser vendido ao SNT e administrado pela Associação de Atores. O problema é que, até bem pouco tempo, o sistema tinha interesse em manter o Arena, porque ele transformava a ditadura em democracia. Agora, com a ‘abertura’, não tem mais conversa com o poder público e o Arena terá que ir para o prego.”

Educação

Há uma crise na cultura pelo surgimento de uma problemática identificada em todos os países. Existe uma necessidade de voltar-se às populações de certo modo marginalizadas no processo da educação.

Há um descuido geral dos países no sentido de participação produtiva de grande parte da população flutuante no processo geral da cultura, que é gerado por um desequilíbrio no sistema educacional. Faltam pré-requisitos satisfatórios para o ingresso ao ensino em qualquer estágio. A escola conta com uma participação maior da sociedade não estando preparada.

Segundo a professora Isolda Paes, diretora da Coperso e que tem em mãos índices estatísticos do nível de conhecimento de todos os candidatos a vagas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, essa defasagem cultural se deve à instabilidade existente dentro do nosso processo de educação, saúde, etc., “bases do processo educativo”. Ela diz que estamos passando por uma transição no ensino que nos levará a alcançar bons padrões no plano intelectual, que corresponde ao plano cultural; que é um processo complexo a interferir em uma soma de ingredientes, de conhecimentos reelaborados. Cultura enfim.